

**Carlos Henrique Juvêncio**

*Uma política bibliográfica brasileira?  
O percurso histórico e político  
da bibliografia nacional no Brasil*

*1. Introdução*

**A**s bibliografias, enquanto produto das práticas bibliográficas, surgem com o intuito de controlar e disseminar a produção intelectual sendo que seus métodos e teorias reverberam ainda hoje na Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. São elas as responsáveis pela padronização das formas primeiras de descrição, classificação e organização dos documentos, bem como oferecem parâmetros para acompanhamento das ciências e o fomento de políticas públicas, seja através da bibliometria, cientometria e outras métricas informacionais.

De fato, o ciclo de vida documental abarca várias facetas para a bibliografia. Se por um lado ela surge da busca por promover a produção intelectual, dando conhecimento à sua existência, por outro, ela mesma é um lugar de memória, aonde se registram as contribuições das áreas ao longo dos anos à produção incessante de conhecimento que a humanidade experimenta desde que iniciou o registro de suas atividades.

Nesta linha, as bibliografias nacionais surgem a reboque dos Estados-Nação buscando firmar aspectos da identidade de um povo através do mapeamento da produção intelectual, o que resulta no seu atrelamento à política. Mesmo que não seja a intenção primeira das bibliografias nacionais, é fato de que a sua construção tem relação estreita com a afirmação identitária. Se para Benedict Anderson (2019), o censo, o mapa e o museu são elementos essenciais aos Estados Nacionais, a bibliografia também não poderá deixar de ser.

É na conformação intelectual nacional, nos estudos desenvolvidos e no papel de fonte informacional precisa, autêntica e confiável que os livros e, por conseguinte, as bibliografias auxiliam na afirmação da Nação. O conhecimento proporcionado por elas sobre o que é produzido em determinada nação revela tendências de pesquisa ao mesmo tempo em que preserva o nome e a obra de estudiosos, sendo um inventário sobre e da nação e sua produção intelectual.

O inventário da produção intelectual é um documento/monumento, na acepção de Le Goff (2010), portanto, atrela-se à causa nacional. Interessante observar que em alguns países, cuja as questões nacionais e étnicas não estão bem conformadas ou contornadas, é possível a existência de várias bibliografias nacionais, cada uma evidenciando um nacional de um mesmo território, sua pluralidade cultural e as disputas em torno da afirmação identitária.

No caso brasileiro, percebemos que a bibliografia nacional nunca teve uma política longa de edição, sofrendo com inconsistências e o descaso estatal. Com uma história marcada por guinadas políticas bruscas, onde as mudanças governamentais tem profundas influências nos órgãos estatais, o país é um exemplo, já que quando há rupturas políticas profundas, as bibliografias nacionais fazem parte de uma estrutura composta para dar volume às novas narrativas geradas pelos novos regimes. Este é o caso da Proclamação da República (1889), da Era Vargas (1930-1945), da ditadura militar (1964-1985) e da reabertura democrática (1985- ). Esses quatro períodos reverberam em políticas bibliográficas distintas e que fomentaram a construção acelerada

ou o apagamento da bibliografia nacional brasileira, bem como das instituições envolvidas em sua construção.

Talvez, mesmo incorrendo em anacronismo, é importante pontuar que tal fenômeno pode ser compreendido à luz dos regimes de informação (González de Gómez 2002, 2012, 2015; Braman, 2004), já que as repercussões de rupturas ou mudanças institucionais são sentidas em todas as esferas da sociedade. Desta forma, é natural que a forma como a informação circula no social também sofra consequência, reverberando na produção e disseminação de bibliografias, sobretudo as nacionais.

Nosso objetivo com este artigo é compreender as iniciativas de construção de bibliografias nacionais brasileiras sob o prisma do viés político. A partir do contexto histórico buscaremos evidenciar o quanto a bibliografia nacional é atrelada à ascensão e fortalecimento de regimes de governo e de informação. Compreendemos que este artigo inicia as discussões sobre o tema, uma vez que encontramos poucas publicações que articulem a elaboração de bibliografia à política e como elas se relacionam.

Nosso referencial teórico baseia-se em Fonseca (1972), Maeda (2016) e Juvêncio (2016) buscando delimitar a história e trajetória da construção de bibliografias nacionais no Brasil, além de González de Gómez (2002, 2012, 2015) e Braman (2004) para elucidar o que é um regime de informação.

O artigo está dividido em três seções. A primeira busca compreender a bibliografia nacional e suas implicações para os Estados-Nação, atrelando seus aspectos identitários e políticos à luz da noção de regime de informação, além de suas implicações para a memória. No segundo, faremos um contexto sobre o cenário de produção intelectual no Brasil em diferentes momentos, o que terá impacto na produção e fomento de bibliografias nacionais.

Por fim, articulamos os quatro períodos eleitos da história do Brasil com a bibliografia nacional para que se possa perceber, ou não, a influência deles na construção ou negligência da elaboração deste produto.

## 2. *A Bibliografia: nação, política e memória*

Reyes Gómez (2010) e Balsamo ([200-]) evidenciam que a bibliografia, enquanto produto do social, repercute na publicidade do que é publicado em determinada língua, no conhecimento do que um autor está produzindo, sendo um mapa das áreas com maior ou menor produção intelectual, perfazendo, assim, uma espécie de memória e inventário intelectual daquele território.

Fruto das transformações sociais dos últimos séculos, as bibliografias se prestam hoje, mesmo que invisibilizadas, a narrar a história da produção intelectual, seja de forma corrente ou retrospectiva. Mas essa narrativa é sempre complexa, uma vez que múltiplos fatores influenciam no modo de reunir e descrever a produção intelectual para construir essa fonte de informação.

Aspectos sociais e políticos como a censura, a ausência de políticas estatais ou obrigações legais afetam o fazer bibliográfico, bem como a ausência de pessoas afeitas ao fazer bibliográfico e que compreendam a sua importância frente aos desafios impostos pelo volume informacional produzido atualmente.

Nesta linha, o maior impulso para o fazer bibliográfico é o intento de Conrad Gesner, como elucida Araújo (2015), que buscou construir com sua *Bibliotheca Universalis* um inventário da produção intelectual do mundo – cumpre-nos observar que o mundo ao qual Gesner se referia era a Europa, mas este fato não diminui sua contribuição para o fazer bibliográfico e suas repercussões. De fato, Gesner sintetiza métodos e formas de descrição e classificação em sua *Bibliotheca*, sendo um dos pioneiros no tratamento da informação de forma racional e hierarquizada.

Se é a Gesner que devemos o início da padronização e classificação bibliográfica, é a Paul Otlet e a Henri La Fontaine que devemos a propagação e difusão das técnicas bibliográficas no ocidente em finais do século XIX e durante boa parte do século XX. Incluindo a

Bibliografia (disciplina) e a bibliografia (produto) como mola motriz das iniciativas de construção do Repertório Bibliográfico Universal a dupla belga fomenta a criação de bibliografias, sejam correntes ou retrospectivas, especializadas ou gerais (Otlet 1934).

O intento belga de inventariar a produção intelectual humana do mundo se dá pelo fazer bibliográfico e resultará no surgimento da Documentação enquanto disciplina. A prática de elaboração de bibliografias nacionais é incentivada pelos estatutos do Instituto Internacional de Bibliografia, que vão, inclusive, se propor a auxiliar as instituições a elaborarem esta fonte (Juvêncio 2016).

Esta política é continuada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no bojo do incentivo à criação de institutos bibliográficos e documentais ao redor do mundo, sendo endossado pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). Tais iniciativas visavam fomentar o desenvolvimento, sobretudo, de países mais pobres, através da pesquisa científica e qualificação profissional, o que redundava na organização de fontes de informação.

Contudo, devemos compreender que a bibliografia nacional compõe elemento singular para a formação de nações e nacionalidades, uma vez que elas inventariam a produção intelectual de um povo, país e/ou nação. Desta forma, há de se considerar o elemento político por detrás da ação de construção de uma bibliografia nacional, ou seja, a formação ou a busca de uma identidade nacional em sua produção intelectual. Da mesma maneira que o censo, o mapa e o museu (Anderson 2019) servem de meio para definir a nação e a nacionalidade, a bibliografia, enquanto produto sociocultural, reflete tendências de pesquisa, equilíbrios e desequilíbrios na produção intelectual nacional e preservam o registro da existência daquela obra, conforme mencionamos anteriormente.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 47) definem bibliografia nacional como:

1. Bibliografia, geral ou especializada, que registra os documentos impressos no território de uma nação seja qual for a língua desses documentos. 2. Bibliografia que registra os documentos publicados em qualquer país, em determinada língua. 3. Bibliografia que registra os documentos impressos no território de uma nação, em vernáculo ou em língua estrangeira, bem como os documentos em determinada língua, publicados em qualquer país. Pode ser corrente ou retrospectiva.

Sob esta ótica, podemos atrelar a bibliografia nacional à obrigação de controle estatal que geralmente é derivada do depósito legal como forma de preservar a memória intelectual na nação, sejam as transformações ocorridas na língua, os interesses de pesquisa, a memória da produção intelectual daquele registro do conhecimento. Em suma, a bibliografia nacional é um dos elementos de preservação da memória e identidade de uma nação.

### *3. O Brasil e a produção bibliográfica*

O contexto brasileiro é marcado muito mais por forte repressão do aparato estatal à produção intelectual do que produção plena e livre do conhecimento. Entre 1500 e 1808, ou seja, durante 308 anos o país, enquanto colônia de Portugal, foi proibido pela metrópole de ter em seu território oficinas tipográficas ou quaisquer outros meios de produção de livros, bem como a sua livre circulação era impedida, além da inexistência de jornais (Schwartzman 2001).

A justificativa para tais atos era o temor português de que as ideias que circulavam nos livros e na imprensa fomentassem revoltas contra a metrópole. A situação só se altera quando a família real portuguesa e sua corte se refugiam da invasão francesa a seu território, em 1807, no Brasil. Assim que chega ao território brasileiro, em 1808, o Príncipe Regente D. João VI funda a Imprensa Régia, iniciando o período de produção livreira e de imprensa no país (Schwarcz – Costa – Azevedo

2002). Obviamente, ainda existia um forte controle estatal sobre o que era produzido, mas a censura não vigorava mais de forma plena.

Contudo, mesmo após a Independência do país, em 1822, a produção bibliográfica era tímida e o fomento à construção de universidades inexistentes. Diferentemente de alguns de seus vizinhos, que desde o século XVI já contavam com tais instituições, o Brasil só foi ter uma universidade no século XX, em 1920.

Ainda no século XIX, a reboque das agitações sociais e políticas existentes na Europa (espelho político e social brasileiro), o número de livrarias e editoras começou a aumentar na segunda metade do século. Impulsionados, talvez, pela formação de uma elite intelectual e pela ascensão de nomes como Machado de Assis, José de Alencar, Gonçalves Dias e outros literatos, fomentando uma literatura nacional. De fato, o momento também coincide com a gênese dos movimentos republicanos no Brasil, que visam o fim do regime imperial e a fundação da república.

O espaço para discussão política eram os livros e a imprensa, sempre feroz na defesa ou ataque ao sistema de governo vigente. A efervescência do período redundou na fundação de inúmeros jornais, revistas e associações que visavam debater as questões político-sociais do país.

Proclamada a república, em 1889, a produção intelectual se mantém, sobretudo pela busca de modernização do país e a discussão sobre a necessidade de reformas em suas instituições. Mas é só em 1930 que a produção bibliográfica brasileira sofrerá novo impulso com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) e a instituição de políticas voltadas ao livro, sobretudo o didático. A ideia de aumentar os níveis educacionais no país leva a maiores incentivos à indústria do livro (Juvêncio – Rodrigues 2018).

Mas nem mesmo a existência de um Instituto Nacional do Livro impede a censura, como antagonico ao fomento da produção bibliográfica está o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que mesmo com uma denominação que, à primeira vista, soe favorável à produção intelectual, em suma, era o órgão responsável por controlar

e censurar o que seria publicado ou iria à público (Fundação Getúlio Vargas c2017).

Mesmo após o fim do Estado Novo, em 1945, os órgãos continuaram o seu trabalho, sob a bandeira de vigiar a moral e os bons costumes. Em 1964, após o golpe militar que implantou uma ditadura no país, os órgãos foram renomeados, mas continuaram sua saga censória, coibindo as produções que atentassem à moral, aos bons costumes ou questionassem o governo. Havia até mesmo a edição de listas de livros proibidos, sobretudo aqueles de cunho socialista ou comunista, bem como obras consideradas pornográficas ou eróticas (Greenhalgh 2020).

Só em 1985 o Brasil voltaria a ter um dirigente não militar. E é com a promulgação da Constituição de 1988 e a remodelação do Estado, onde várias instituições foram extintas, que os órgãos de censura e repressão acabam, marcando, assim, o fim da censura de forma oficial no país. Portanto, desde o início da colonização portuguesa até hoje houve poucos momentos em que não havia por parte do Estado órgão oficial de controle e censura das publicações editadas no país.

Este fato é importante para nortear nossa discussão, uma vez que terá impacto sobre a edição da bibliografia nacional e, de certa forma, justifica o seu atraso em relação a muitos países. Perfazendo-se uma política estatal apenas em 1911, a bibliografia nacional brasileira teve sua primeira edição publicada em 1918. Mesmo assim, em pouco mais de 100 anos de história, esta fonte ainda sofre com o descaso de diferentes governos, não se fazendo uma política efetivamente estatal.

### *3. Políticas bibliográficas? A bibliografia e sua dimensão política*

Conforme elucidamos na seção anterior, a censura e a pouca produção intelectual brasileira atrasou bastante as primeiras iniciativas bibliográficas no país, sendo que estas nunca se efetivaram de for-

ma plena. Em pouco mais de 100 anos de edição de bibliografias nacionais, o quadro geral é de muitas omissões, sendo as iniciativas interrompidas por diversas vezes ou, até mesmo, descontinuadas, envolvendo inúmeras instituições e atores, o que gera uma profusão de produtos e nenhuma padronização ou continuidade.

Maeda (2016, p. 36) construiu um mapa, em parte ilustrado no quadro 1, no qual podemos vislumbrar lacunas na produção da bibliografia nacional brasileira, bem como a sobreposição de projetos estatais para a elaboração de tal fonte.

**Quadro 1** –Linha do tempo de projetos bibliográficos nacionais

<b>TÍTULO</b>	<b>PERÍODO DE EDIÇÃO</b>	<b>INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL</b>
Boletim de aquisições mais importantes feitas pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro	1885-1888	Biblioteca Nacional
Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro	1918-1921	Biblioteca Nacional
Boletim do Ministério da Educação e Saúde	1931, 1937-1938	Biblioteca Nacional
Bibliografia Brasileira	1938-1955	Instituto Nacional do Livro
Boletim Bibliográfico	1945-1948, 1950-1967, 1973-1982	Biblioteca Nacional
Bibliografia Brasileira Corrente (publicado na Revista do Livro)	1956-1965	Instituto Nacional do Livro
Bibliografia Brasileira (Nova Série)	1963-1965	Instituto Nacional do Livro
Bibliografia Brasileira Mensal	1967-1972	Instituto Nacional do Livro

Bibliografia Brasileira	1983-1996	Biblioteca Nacional
Catálogo online	1997-atual	Biblioteca Nacional

Fonte: baseado em Maeda (2016).

Ressalta-se a sobreposição das iniciativas da Biblioteca Nacional e do Instituto Nacional do Livro (INL), uma vez que ambas instituições possuíam como missão institucional a edição de uma bibliografia nacional, observamos, portanto, a existência de nove publicações com títulos variados que visavam ser a bibliografia brasileira, deste total, cinco foram editadas pela Biblioteca Nacional e quatro pelo Instituto Nacional do Livro, havendo justaposição de períodos em quatro delas. Desta forma, buscamos compreender melhor os dados ali apresentados, atrelando-os ao momento políticos do período, além de discutir nos próximos tópicos alguns aspectos da construção da bibliografia nacional no Brasil.

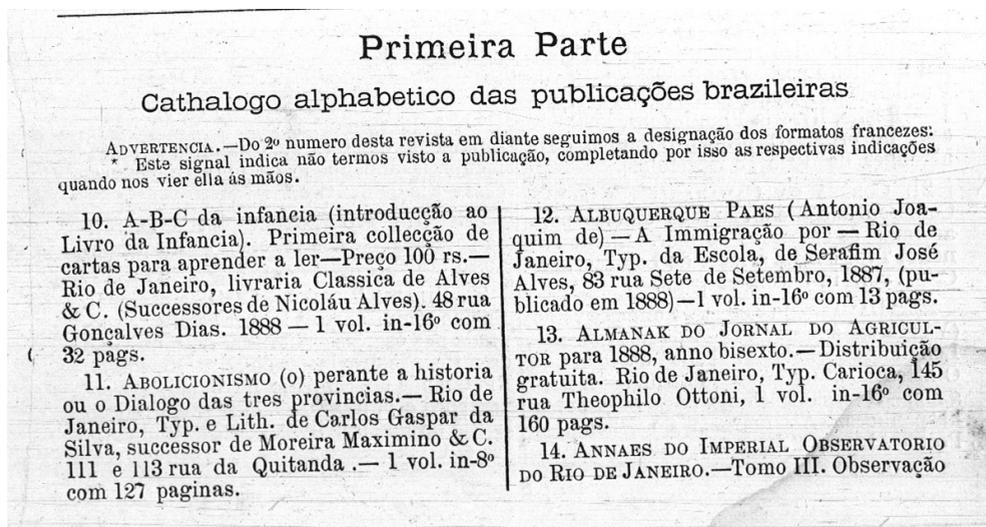
O primeiro marco temporal é a década de 1870, quando o movimento republicano surge no país e tem início as campanhas contra a monarquia e pela instauração da república no país. Neste cenário, duas instituições se destacam: a Biblioteca Nacional e o Centro Bibliographico Vulgarizador (Juvêncio 2016).

A Biblioteca Nacional edita, entre 1886 a 1888, o *Boletim das Aquisições mais Importantes feitas pela Bibliotheca Nacional*, organizado por João de Saldanha da Gama e classificado segundo as três Seções que compunham a instituição: Impressos, Manuscritos e Estampas e Numismática. Esta publicação é indicada como a primeira tentativa de organização de uma bibliografia nacional uma vez que havia a obrigação de depósito de obras na instituição a fins de se cumprir o depósito legal (Juvêncio 2016, Maeda 2016, Fonseca 1972).

Contudo, a lei era de alcance regional, englobava apenas a capital do Império, o Rio de Janeiro, e compreendia que o acervo da Biblioteca Nacional representava a produção intelectual do país. De fato, tais iniciativas surgem em um período de efervescência nacionalista em todo o mundo, as décadas de 1870 e 1880 marcam o fulgor com

que os movimento nacionalistas aumentam de proporção e influenciam, como no caso do Brasil, a tentativa de delimitação do que seria o brasileiro e suas expressões (Anderson 2019). Daí a necessidade de inventariar e organizar a produção intelectual nacional.

Nesse bojo, o Centro Bibliographico Vulgarizador, criado em 1888, se propõe a divulgar as publicações editadas no país descrevendo-as na Bibliographia Brasileira. A descrição dos itens continha o nome do autor, título, editor, data de publicação, formato do livro e quantidade de páginas (Figura 1).



**Figura 1** – Detalhe da descrição arrolada na Bibliographia Brasileira editada pelo Centro Bibliographico Vulgarizador

Fonte: Bibliographia Brasileira: Revista mensal da imprensa brasileira (1888).

a compra e venda, publicação e vulgarização de livros, principalmente de autores brasileiros e a fundação de uma bibliotheca tecnica para servir de base ao estudo da imprensa no Brazil. Para isto a sociedade fará a publicação mensal de um boletim com o titulo de Bibliographia Brasileira (Bibliographia Brasileira: Revista mensal da imprensa brasileira 1888).

Além disso, solicitava:

A todas as bibliothecas do imperio, quer mantidas pelos cofres publicos quer por associações particulares, remetteremos gratuitamente esta Revista, desde que seja reclamada por escripto. Pedimos em troca unicamente uma noticia da Bibliotheca e da instituição a que pertencer, bem como uma nota estatistica do movimento mensal, trimestral, semestral ou annual (Bibliographia Brasileira: Revista mensal da imprensa brasileira 1888).

Por fim, conclamava os editores da seguinte maneira:

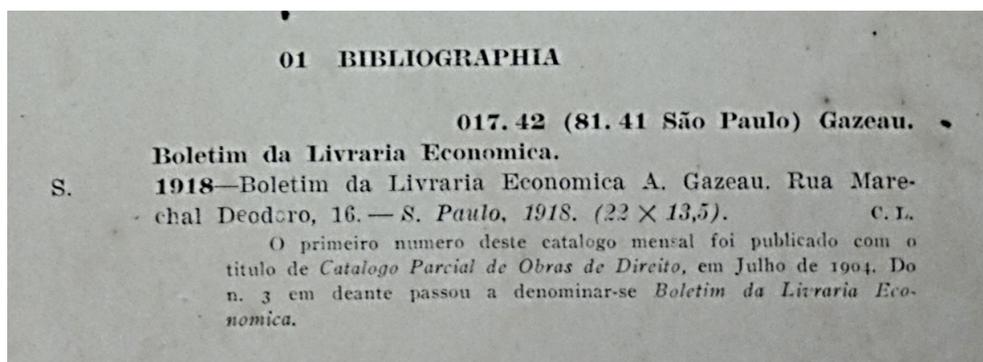
Pedimos aos Srs. Editores do Brazil que nos enviem um exemplar de suas publicações (Livros, Musicas, Mappas, Photographias, Lithographias, etc.) com indicação do preço da venda. Esta indicação é importante para completar o annuncio das publicações (Bibliographia Brasileira: Revista mensal da imprensa brasileira 1888).

O Curioso nesta publicação é sua indicação pelo *Bulletin de L'Institut International de Bibliographie* em 1908 como a bibliografia corrente brasileira, editada mensalmente na Revista Sul Americana. Cumpre-nos esclarecer que a Bibliographia surge como edição independente em 1888, mas é incorporada à Revista Sul Americana em 1889, ano de sua extinção, o que não impede que, quase 20 anos depois, o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) a reconheça como a Bibliografia Nacional do Brasil (Juvêncio 2016).

Mas tais iniciativas não perduram e o Brasil chega à década de 1890 sem uma bibliografia realmente nacional. Somente em 1918, quase 30 anos após, novamente a Biblioteca Nacional lançará o *Boletim bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* (Figura 2), considerada a primeira bibliografia nacional brasileira.

Esta obra foi editada conforme os preceitos do Instituto Internacional de Bibliografia e organizada por Cícero de Britto Galvão que, segundo aponta Juvêncio (2016), esteve em Bruxelas no ano de 1913 a fim de estudar as técnicas de construção do Repertório Bibliográfico Universal a fim de replicá-las no Brasil. A finalidade era fazer a

Biblioteca Nacional cumprir a sua missão institucional de editar a bibliografia nacional brasileira, fato firmado pela Lei de Depósito Legal de 1907 e pelo regulamento da instituição de 1911 (Brasil 1907, 1911). Sobre o Depósito Legal, é importante ressaltar que a partir do dispositivo de 1907 o seu alcance passa a ser nacional, obrigando que todos os impressores e editores brasileiros remetesse à Biblioteca Nacional cópias das obras por eles editadas.



**Figura 2** – Detalhe do registro de uma obra no Boletim bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro  
Fonte: Boletim bibliográfico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro (1918).

Mas a iniciativa teve vida curta, em 1921, Cícero de Britto Galvão falece e a produção da bibliografia nacional é paralisada, retornando só na década de 1930. Mas convém observar que 1930 significa uma ruptura no Estado brasileiro, é quando finda a chamada Primeira República e se inicia a Era Vargas, quando Getúlio Dorneles Vargas lidera um golpe de Estado e assume o governo.

A Era Vargas é marcada por inúmeras mudanças na organização do Estado brasileiro e, por consequência, da informação. Há, neste período, uma retomada da busca pela identidade nacional e do que seria o brasileiro, alavancada, sobretudo, pelos modernistas, que faziam parte ou foram convidados para os quadros estatais. Novamente o livro seria elemento importante (Gomes 2013).

O período também é marcado pela instauração de uma ditadura, o

Estado Novo, entre 1937 e 1945, o que tem significativo impacto para a produção, uso e circulação de informações, uma vez que a censura é instituída e há um controle sobre toda a produção e registo do conhecimento.

A ditadura varguista é repleta de tensões políticas, resvalando em políticas culturais por vezes contraditórias, e uma delas é que em meio ao cenário de censura e perseguição política, o Instituto Nacional do Livro (INL) é fundado em 1937, sendo a expressão máxima do desejo governamental de busca pela definição do que seja o Brasil. Sua missão era organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional – ambas publicações que buscavam forjar uma identidade nacional –, baratear a produção de livros no país, editar obras de interesse à cultura nacional e incentivar a criação e manutenção de bibliotecas. Ou seja, há, por um lado, forte repressão à produção intelectual do que se mostra contrário ao governo vigente, mas grande incentivo à produção de obras que forjem a identidade nacional e contribuam para a imortalização de seu líder, Getúlio Vargas, como grande nome na nação (Gomes 2013).

O INL, além das missões anteriormente citadas, foi incumbido de editar a bibliografia nacional brasileira indo de encontro à missão institucional da Biblioteca Nacional. De fato, este é um momento em que a politicamente a Biblioteca Nacional perde força, e o Instituto do Livro é alçado à promotor dos livros e das bibliotecas no país. Mas é curioso observar que ambas instituições editaram bibliografias nacionais entre o final da década de 1930 até meados da década de 1970. Mesmo assim, observam-se lacunas e a bibliografia nacional é editada com falhas, a produção da Biblioteca Nacional é omissa entre o final da década de 1930 e meados da década de 1940, sendo, novamente interrompida em meados da década de 1960, retomando apenas no meio da década de 1970. Contudo, mesmo apresentando falhas, a produção do INL suplanta as faltas da BN.

Nesse ínterim, em 1954, é fundado o Instituto Brasileiro de Biblio-

grafia e Documentação (IBBD) que vai editar bibliografias especializadas em ciência e tecnologia visando o desenvolvimento de um campo de pesquisa científica no país. Portanto, a situação no período é de edição de duas bibliografias nacionais gerais e uma especializada, pulverizando esforços e serviços. Ademais, as três instituições tinham suas missões atreladas ao fortalecimento de bibliotecas e a construção de fontes de pesquisa.

Mas o cenário se transforma a partir de meados da década de 1960, quando um golpe de Estado, em 1964, implementa novamente uma ditadura militar no país o que trará repercussões à produção intelectual, política ou não, a partir do estabelecimento da censura prévia, que passa a valer para a publicação de livros, revistas e jornais, bem como exibição de peças teatrais e programas televisivos.

Os órgãos repressores de outrora são rebatizados e remodelados a fim de fiscalizar em nome, sobretudo, da moral e dos bons costumes, a produção e circulação de livros e demais produções intelectuais. O Estado militar que já havia implementado a censura prévia nas publicações, age arbitrariamente em bibliotecas em busca de publicações contra os seus ditames. Várias instituições são invadidas e alvo de expurgos em seus acervos, sejam obras ditas vermelhas (de vertente socialista e/ou comunista) ou aquelas que atentassem à moral e aos bons costumes ou, ainda, aquelas que tecessem críticas ao regime governamental e à seus líderes (Greenhalgh 2020).

Ironicamente, é neste momento que a bibliografia nacional tem sua produção mais consistente, claramente um reflexo da política de censura e controle dos regimes totalitários, a bibliografia nacional oficial trazia as obras chanceladas pelo Estado, atendendo as suas premissas. Neste momento há um grande interesse dos editores em publicar a bibliografia nacional; a Câmara Brasileira do Livro e a Sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais vão editar bibliografias e boletins visando inventariar a produção nacional, bem como a produção da BN e do INL se sustentam (Maeda 2016).

Contudo, há também, nesse momento um forte movimento de produção clandestina de obras, o que poderia redundar em uma espécie de bibliografia marginal, ou seja, aquelas obras que são produzidas de forma “ilegal”, sejam livros ou frutos da chamada imprensa alternativa. São obras que não dialogam com o regime totalitário e não estão listadas oficialmente em nenhuma fonte de informação, figurando, talvez, nas listas de documentos cuja circulação deva ser coibida pelo aparato estatal.

Em 1985 há a reabertura e consequente redemocratização do Estado brasileiro, bem como a sua reorganização firmada pela Constituição de 1988. Nesse novo cenário, os órgãos de censura são extintos, bem como o Instituto Nacional do Livro que, ironicamente, será incorporado à estrutura da Biblioteca Nacional. A edição da bibliografia nacional se mantém pelas ações da Biblioteca Nacional, seguindo as diretrizes estabelecidas internacionalmente.

Em 1997, a reboque das transformações impostas pelo advento da internet, a publicação da bibliografia nacional passa a ser digital, seguindo as diretrizes estabelecidas pela IFLA e UNESCO. Posteriormente, também por convenções da IFLA, o catálogo da instituição passa a ser considerado a bibliografia nacional, o que traz uma série de problemas, conforme elucidam Juvêncio e Rodrigues (2016), a maior delas, talvez, é confundir os conceitos de catálogo e bibliografia e a presunção de que o acervo da Biblioteca Nacional representa a totalidade das publicações nacionais.

Em um momento em que as aceleradas transformações advindas da internet impõem questões de ordem prática e técnica para que se acesse informações, a invisibilidade das bibliografias nacionais é latente. Nunca se produziu tanto em termos informacionais, mas nunca se teve tão pouco domínio sobre o que é produzido, restando a esperança de que os mecanismos de busca nos façam conhecer o que é produzido em termos nacionais sobre determinado assunto ou sua completude.

#### *4. Regime de informação e bibliografia nacional, considerações*

Em um primeiro momento, as disputas em torno do regime vigente, se monárquico ou republicano, bem como o fervor nacionalista, alavancam a produção intelectual nacional e a busca por uma fonte de informação sobre o Brasil e a intelectualidade brasileira. Após a república e na esteira do moderno, as técnicas bibliográficas renunciadas por Paul Otlet e Henri La Fontaine são a mola impulsadora para que a Biblioteca Nacional, servindo ao ideário republicano, edite a primeira bibliografia nacional no Brasil, afinal, o moderno também se constrói pela imagem de erudição.

Com transformações advindas da Revolução de 1930 e a fundação do Instituto Nacional do Livro, os esforços em prol de uma bibliografia nacional são pulverizados e a Biblioteca Nacional e o INL alternam-se na sua construção. Evidenciando a ausência de uma política única sobre a construção da fonte universal sobre os saberes produzidos no país.

No período da ditadura militar o controle e censura são as palavras de ordem, o que redundou em uma profusão maior ainda de bibliografias nacionais, talvez a cobertura ampla assegurasse a editores o compromisso com os ditames governamentais e as instituições evidenciarão o cumprimento de suas missões.

No contexto de reabertura e informatização das bibliotecas, há a diretriz para que as bibliotecas nacionais, geralmente as responsáveis pelo recebimento de obras pelos depósitos legais, façam de seus catálogos digitais a bibliografia nacional.

Hoje, a bibliografia brasileira ainda vive um momento de inflexão, conforme elucidam Juvêncio e Rodrigues (2016), a Biblioteca Nacional declara que a consulta ao seu catálogo de acordo com buscas específicas deixará a bibliografia evidente, contudo, há de se perguntar: a lei de depósito legal é cumprida à risca por todas as editoras? Há um mecanismo de controle?

Mesmo com a resposta afirmativa às questões formuladas, um catálogo não pode ser confundido com bibliografia. A bibliografia é um espelho da sociedade, enquanto o catálogo é um espelho da instituição, a bibliografia servirá para a memória, mas também para a formulação e efetivação de políticas públicas voltadas à educação, à pesquisa e à produção científica – as métricas derivadas da bibliografia oferecem um estado d’arte da produção intelectual nacional ou de uma área do conhecimento.

Se pensarmos nos regimes de informação prenunciados por Brahmahn (2004) e González de Gómez (2002, 2012 e 2015), onde há maior ou menor interesse nas questões informacionais, a Bibliografia volta à lume devido os excessos informacionais que a internet provocou e provoca. Se Gutemberg e a prensa móvel foram o estopim para sua consolidação como campo científico, é na revolução da web 2.0 e a chamada infodemia que a Bibliografia retoma sua contribuição para a organização, disseminação e uso da informação.

Ainda sob a ótica dos regimes de informação, podemos observar que no Brasil há forte relação entre os esforços de construção e manutenção de uma bibliografia nacional com os governos. González de Gómez (2002, p. 34) define o regime de informação como:

um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um “regime de informação” constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.

Nesse sentido, ao observarmos os esforços empreendidos na construção de bibliografias ao longo dos últimos 100 anos no Brasil, vislumbramos a ação de diferentes regimes informacionais. Seja com a

emergência ou declínio de instituições, bem como maior ou menor atenção dada à elaboração do repositório da produção intelectual nacional, percebemos que há, tomando a ideia de Crippa (2016), um gesto político bibliográfico, mesmo que não declarado, que povoa os esforços de elaboração de uma bibliografia nacional.

Mesmo hoje, diante da ausência de uma bibliografia nacional consolidada, percebemos essa escolha como um reflexo de um regime de informação que idealiza a internet e a facilidade de acesso que proporciona como o espaço eleito para o inventário da produção intelectual nacional.

Sabemos que este trabalho é um sobrevoo acerca das políticas bibliográficas nacionais, há ainda várias questões que devem ser pensadas com mais clareza debruçando-se sobre cara período histórico aqui delimitado, por exemplo. Mas é importante perceber que a bibliografia brasileira e o gesto político bibliográfico que a abarca caminham ao lado de ações governamentais e institucionais que reverberam em sua compressão, fomento e publicação.

## Referências

- Anderson 2019 = Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
- Araújo 2015 = André Vieira de Freitas Araújo, *Pioneirismo bibliográfico em um polímeta do séc. XVI: Conrad Gesner*, «Informação & Informação», 20 (2015), 2, p. 118-142.
- Balsamo 1998 = Luigi Balsamo, *La bibliografía: historia de una tradición*, Gijón, Trea, 1998.
- Bastos da Cunha 2008 = Murilo Bastos da Cunha, Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti, *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, Brasília, Briquet de Lemos, 2008.
- Bibliographia Brasileira: Revista mensal da imprensa brasileira, 1 (1888), 2, p. 1.
- Boletim bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 1 (1918), 1.
- Braman 2004 = Sandra Braman, *The emergent global information policy regime*, in *The emergent global information policy regime*, edited by Sandra Braman, London, Palgrave Macmillan, 2004, p. 12-37.
- Brasil, Decreto n. 8.835, de 11 de Julho de 1911: *Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional*, «Diário Oficial da União», 16 jul. 1911.
- Brasil, Decreto n.º 1.825, de 20 de dezembro de 1907: *Dispõe sobre a remessa de obras impressas á Bibliotheca Nacional*, «Diário Oficial da União», 21 dez. 1907.
- Castro Gomes 2013 = Angela de Castro Gomes, *História & Historiadores*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2013.
- Crippa 2016 = Giulia Crippa, *Entre arte, técnica e tecnologia: algumas considerações sobre a bibliografia e seus gestos*, «InCID», 7 (2016), n. esp., p. 23-40.
- Fonseca 1972 = Edson Nery da Fonseca, *Bibliografia Brasileira Corrente: evolução e estado atual do problema*, «Ciência da Informação», 1 (1972), 1, p. 9-14.

- González de Gómez 2002 = Maria Nélide González de Gómez, *Novos cenários políticos para a informação*, «Ciência da Informação», 31 (2002), 1, p. 27-40.
- González de Gómez 2012 = Maria Nélide González de Gómez, *Regime de informação: construção de um conceito*, «Informação & Sociedade», 22 (2012), 3, p. 43-60.
- González de Gómez 2015 = Maria Nélide González de Gómez, *Políticas e regimes de informação: perspectivas*, in *Desvendando facetas da gestão e políticas de informação*, v. 2, edited by Joana Coeli Ribeiro Garcia, Maria das Graças Leite Targino, João Pessoa, UFPB, 2015, p. 321-351.
- Greenhalgh 2020 = Raphael Diego Greenhalgh, *Os livros e a censura em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985)*, «Informação & Sociedade», 30 (2020), 3, p. 1-15.
- Juvêncio 2016a = Carlos Henrique Juvêncio, Georgete Medleg Rodrigues, *A Bibliografia Nacional Brasileira: histórico, reflexões e inflexões*, «IN-CID: Revista de Documentação e Ciência da Informação», 7 (2016), Edição especial - Arte da Bibliografia, p. 165-182.
- Juvêncio 2016b = Carlos Henrique Juvêncio, *Manoel Cícero Peregrino da Silva, a Biblioteca Nacional e as origens da Documentação no Brasil*, 2 v., Tese de doutoramento em Ciência da Informação, Brasília, Universidade de Brasília, 2016.
- Juvêncio 2018 = Carlos Henrique Juvêncio, Georgete Medleg Rodrigues, *The Modern and its impact on models of information organization in Brazil: the decline of the National Library and the rise of the National Book Institute (1930-1954)*, in *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age*, Proceedings of the Fifteenth Interantional Isko Conference (9-11 July 2018, Porto, Portugal), edited by Fernanda Ribeiro and Maria Elisa Cerveira, Würzburg, Ergon Verlag, 2018, p. 356-362.
- Fundação Getúlio Vargas, *Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)*. <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- Institut International de Bibliographie 1908 = Institut International de Bibliographie, *Le Dépôt Légal dans ses rapports avec les besoins de la Biblio-*

- graphie et de la Documentation*, «Bulletin de L'Institut International de Bibliographie», 4-5 (1908), p. 192-195.
- Le Goff 2010 = Jacques Le Goff, *História e memória*, Campinas, UNICAMP, 2010.
- Maeda 2016 = Karen Maeda, *Esforços iniciais e relevância da elaboração de bibliografias nacionais correntes no Brasil (1886 a 1927): uma sinfonia inacabada*, Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Biblioteconomia, Brasília, Universidade de Brasília, 2016.
- Otlet 1934 = Paul Otlet, *Traité de Documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique*, Bruxelas, Mundaneum, 1934.
- Reyes Gómez 2010 = Fermín de los Reyes Gómez, *Manual de bibliografía*, Madrid, Castalia Instrumenta, 2010.
- Schwarcz - Costa - Azevedo 2002 = Lília Moritz Schwarcz, Angela Marques Costa, Paulo Cesar de Azevedo, *A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- Schwartzman 2001 = Simon Schwartzman, *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*, Brasília, Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2001.

## Resumo

Objetiva compreender as iniciativas de construção de bibliografias nacionais brasileiras sob o prisma do viés político. A partir do contexto histórico buscaremos evidenciar o quanto a bibliografia nacional é atrelada à ascensão e fortalecimento de regimes de governo e de informação. Aborda quatro períodos da história do Brasil – Proclamação da República (1889), Era Vargas (1930-1945), ditadura militar (1964-1985) e reabertura democrática (1985- ) – observando como eles reverberam em políticas bibliográficas distintas e que fomentaram a construção acelerada ou o apagamento da bibliografia nacional brasileira, bem como das instituições envolvidas em sua construção. Utiliza como referencial teórico Fonseca (1972), Maeda (2016) e Juvêncio (2016) buscando delimitar a história e trajetória da construção de bibliografias nacionais no Brasil, além de González de Gómez (2002, 2012, 2015) e Braman (2004) para elucidar o que é um regime de informação. Como método utiliza a pesquisa bibliográfica-documental, baseada em fontes primárias sobre o tema. Conclui que os esforços empreendidos na construção de bibliografias ao longo dos últimos 100 anos no Brasil derivam da ação de diferentes regimes informacionais. Seja com a emergência ou declínio de instituições, bem como maior ou menor atenção dada à elaboração do repositório da produção intelectual nacional, percebe que há um gesto político bibliográfico, mesmo que não declarado, que pvoa os esforços de elaboração de uma bibliografia nacional.

Bibliografia Nacional; História do Brasil; Política Bibliográfica; Regime de Informação.

*It aims to understand the initiatives for the construction of Brazilian national bibliographies under the prism of political bias. From the historical context, we will seek to show how much the national bibliography is linked to the rise and strengthening of government and information regimes. It covers*

*four periods of Brazilian history - Proclamation of the Republic (1889), Vargas Era (1930-1945), military dictatorship (1964-1985) and democratic reopening (1985-) - observing how they reverberate in distinct bibliographic policies that fostered accelerated construction or erasure of the Brazilian national bibliography, as well as the institutions involved in its construction. Uses as theoretical framework Fonseca (1972), Maeda (2016) and Juvêncio (2016) seeking to delimit the history and trajectory of the construction of national bibliographies in Brazil, in addition to González de Gómez (2002, 2012, 2015) and Braman (2004) to elucidate what an information regime is. As a method, it uses a bibliographic-documental research, based on primary sources on the subject. It concludes that the efforts undertaken in the construction of bibliographies over the last 100 years in Brazil derive from the action of different informational regimes. Whether with the emergence or decline of institutions, as well as the greater or lesser attention given to the elaboration of the repository of national intellectual production, he realizes that there is a bibliographic political gesture, even if undeclared, that populates the efforts to elaborate a national bibliography.*

*National Bibliography; History of Brazil; Bibliographic Policy; Information Policy Regime.*

Questo articolo vuole indagare le iniziative per costruire le bibliografie nazionali brasiliane da una prospettiva politica. Sulla base del contesto storico, cercheremo di evidenziare come la bibliografia nazionale sia legata all'ascesa e al rafforzamento dei regimi di governo e di informazione. Affronta quattro periodi della storia brasiliana - Proclamazione della Repubblica (1889), Era Vargas (1930-1945), dittatura militare (1964-1985) e riapertura democratica (1985- ) – osservando come si riverberano in politiche bibliografiche distinte che hanno favorito la costruzione accelerata o la cancellazione della bibliografia nazionale brasiliana, così come le istituzioni coinvolte nella sua costruzione. Utilizza come riferimento teorico Fonseca (1972), Maeda (2016) e Juvêncio (2016) cercando di delimitare la storia e

la traiettoria della costruzione delle bibliografie nazionali in Brasile, oltre a González de Gómez (2002, 2012, 2015) e Braman (2004) per chiarire cosa sia un regime di informazione. Come metodo usa una ricerca bibliografica-documentaria, basata su fonti primarie sull'argomento. Si conclude che gli sforzi intrapresi nella costruzione di bibliografie negli ultimi 100 anni in Brasile derivano dall'azione di diversi regime di informazione. Sia con l'emergere o il declino delle istituzioni, sia con la maggiore o minore attenzione data all'elaborazione del deposito della produzione intellettuale nazionale, si percepisce che esiste un gesto politico bibliografico, anche se non dichiarato, che popola gli sforzi per elaborare una bibliografia nazionale.

Bibliografia nazionale; Storia del Brasile; Politica bibliografica; Regime di informazione.